

# A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NA EXPANSÃO DA COTONICULTURA NO RIO GRANDE DO NORTE (1880-1915)\*

Denise Monteiro Takeya

## 1. O DESENVOLVIMENTO DA CULTURA DO ALGODÃO NO RIO GRANDE DO NORTE

O algodão, como cultura típica de áreas secas, se consolidou, em coexistência com a pecuária e no decorrer da evolução da economia nordestina, como atividade característica da região.

No Rio Grande do Norte, em particular, a cotonicultura revela excepcional importância e este fato relaciona-se, sem dúvida, às próprias condições naturais. Nesse estado, a Zona da Mata se faz presente apenas nas várzeas dos rios que correm para o litoral oriental, os chamados "rios-de-açúcar", como denominou-os Manuel Correia de Andrade<sup>1</sup>.

Assim, uma retrospectiva sobre a história econômica do Rio Grande do Norte, no período anterior à República Velha, revela uma certa peculiaridade dessa economia, comparativamente às tendências da economia nordestina como um todo<sup>2</sup>.

Nessa província, o açúcar não teve no período colonial e imperial a mesma importância que teve em províncias como Pernambuco. Até meados do século XIX, a pecuária e não o cultivo da cana foi a atividade economicamente predominante no Rio Grande do Norte.

\* Texto apresentado no Seminário "Regionalização do Semi-árido: perspectivas e desenvolvimento", promovido pelo curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, novembro de 1984.

No período que se estendeu da década de 1850 a 1880, tanto a cultura da cana-de-açúcar como a de algodão se expandiram tendencialmente, com avanços e recuos, determinados pelos estímulos do mercado externo e pela ocorrência de secas.

As décadas de 1880 e 1890 foram decisivas.

A exportação de açúcar, atravessando fase próspera, atingiu seu ápice nos anos de oitenta. A partir daí ela declinou seguindo uma tendência comum a todo o açúcar brasileiro no final do século XIX. Enfrentando a concorrência do açúcar de beterraba nos maiores mercados consumidores – Grã-Bretanha e Estados Unidos da América – o açúcar brasileiro, no período que se estendeu até a década de 30, só ganhou novo alento por ocasião da Primeira Grande Guerra.

A crise da cana-de-açúcar no Rio Grande do Norte foi marcada pelo decréscimo do número de engenhos em atividade. Ao findar a primeira década do século XIX, os engenhos para a fabricação de aguardente e rapadura eram em número muito superior aos engenhos para a fabricação de açúcar propriamente dito.

O algodão seguiu trajetória oposta a do açúcar. A partir de 1880 a expansão de seu cultivo no Rio Grande do Norte ganhou novo e decisivo impulso, caracterizado pelo avanço da cultura sobre a Zona da Mata e pela disseminação de uma variedade de algodão característica do meio – o mocó – de fibra longa e resistente.

Cultura dominante no Agreste e no Sertão e ameaçando a hegemonia da cana na área que lhe era típica, o algodão foi progressivamente se impondo como o principal produto agrícola de exportação do estado. O seu papel na economia norte-rio-grandense, no período, pode ser medido pelo crescimento das rendas do Tesouro, oriundas principalmente dos impostos de exportação.

As condições em que se processava a produção e a comercialização do algodão impunham; entretanto, limites à possibilidade de expansão do setor.

Os principais problemas da cotonicultura diziam respeito ao baixo nível técnico do cultivo e beneficiamento, à escassez da mão-de-obra decorrente do êxodo, que por sua vez relacionava-se às condições de vida e trabalho no campo, à falta de crédito agrícola oficial e a precariedade dos transportes, que dificultavam o escoamento da produção.

Procurando superar os limites existentes que se antepunham às possibilidades de expansão da cultura do algodão, o Estado interferiu no sentido de desenvolver a cotonicultura. Essa interferência tomou forma nas medidas governamentais que procuram sustar o êxodo rural, incentivar a melhoria das técnicas de cultivo e beneficiamento, a abertura de novos canais de financiamento agrícola e promover a melhoria das vias e meios de transporte.

Assim, datam dessa época a constituição das primeiras "frentes de trabalho" (como viriam a ser chamadas mais tarde), o surgimento das primeiras instituições bancárias, a construção de estradas de ferro e rodagem, e medidas que visavam uma modernização agrícola. São estas últimas as que nos interessam aqui, mais de perto.

## 2. A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA

O baixo nível técnico das condições em que se processavam o cultivo e o beneficiamento do algodão, comprometiam sua qualidade. A falta de seleção de sementes, de adubação, o emprego de instrumentos agrícolas rudimentares, a incidência freqüente de pragas e o desconhecimento de técnicas para sua prevenção e erradicação, a falta de cuidado na colheita, as más condições de armazenamento, e, finalmente, a precariedade dos aparelhos de beneficiar o algodão, geravam um produto inferior. Desta forma, estava selada a sua sorte em termos de concorrência com produtores mais bem aparelhados, capazes de produzir, com menor custo, um algodão superior.

À medida que crescia a importância do algodão para a economia do estado, mais premente se mostrava a necessidade de melhorar as técnicas de cultivo e beneficiamento. Essa questão passou a ser discutida com insistência cada vez maior, resultando daí um conjunto de medidas de contraposição ao problema.

Entretanto, a maior preocupação com as técnicas e as medidas tomadas neste sentido, foram coincidentes com manifestações na esfera federal, sobre a necessidade de modernização agrícola do país. Assim, a nova tendência, em nível estadual, acompanhava um movimento mais amplo.

O problema do baixo nível técnico das práticas agrícolas no país e a necessidade de saná-lo foram questões colocadas em nível nacional a partir dos primeiros anos do século XX. Estas questões estavam relacionadas, em última instância, à crise pela qual passava a agroexportação brasileira, sobretudo a cafeicultura.

A necessidade de evolução das condições técnicas da produção agrícola no Brasil foi amplamente debatida no Primeiro Congresso Nacional de Agricultura, que se realizou no Rio de Janeiro, em 1901, promovido pela Sociedade Nacional de Agricultura.

Era então pensamento corrente entre os congressistas que a elevação do nível técnico, melhorando a qualidade dos produtos agrícolas, era fator importante para a superação da crise da agroexportação brasileira.

O Congresso concluiu pela necessidade de promover a criação de associações e sindicatos agrícolas, que poderiam difundir novos métodos de cultura e seus resultados, através da instrução técnica, da propaganda, de exposições e congressos.

Embora fossem apontadas várias formas de se melhorar a agricultura no país, a implantação e propagação do ensino agrícola era vista como a de maior importância, pois acreditava-se que através dele se promoveria a modernização dos processos agrícolas.

A reestruturação administrativa federal que deu origem ao surgimento, em 1909-1910, do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, permitiu uma maior operacionalidade nos objetivos que se vinham delineando, desde os dois primeiros anos do século XX. Desta forma, recém-instalado, o novo Ministério passou a organizar o ensino agrônômico, em nível federal, regulamentando-o.

Paralelamente, passaram a ser subsidiados os estados e municipalidades que fundassem Estações Experimentais e Campos de Demonstração. Como complementação a essas medidas, foi criado o Serviço de Inspeção, Estatística e Defesa Agrícolas e o de Informação e Divulgação.

Os reflexos dessa nova tendência da política agrícola no país começaram a se fazer sentir efetivamente no Rio Grande do Norte em 1905. A primeira manifestação desse fato foi a criação da sociedade Agrícola no Rio Grande do Norte. Criada com o objetivo de promover e divulgar a experimentação de novas técnicas, a Sociedade, entretanto, acabou se restringindo a uma associação de estudos sobre os problemas agrícolas.

Em 1908, como resultado da promulgação de leis federais e estaduais, que estimulavam a importação de implementos agrícolas, o almoxarifado Geral do Estado passou a ser destinado a servir de intermediário entre agricultores e pecuaristas, na aquisição de instrumentos necessários no estrangeiro. Essa importação era feita diretamente por conta do governo, dispensando-se assim os intermediários.

Entretanto, foi em relação ao ensino agrônômico e à instalação de Campos Experimentais que se mostraram mais visíveis as influências da tendência de cunho federal à modernização agrícola.

No Rio Grande do Norte, as medidas tomadas nesse sentido, basearam-se, por um lado, no concurso da iniciativa privada e, por outro, no da própria ação estatal. Datam dessa época (primeira década do século XX) a tentativa de estabelecimento de Escolas Agrícolas e Campos de Demonstração. Com exceção, porém, do Campo de Demonstração de Macaliba, fundado e custeado pelo Ministério da Agricultura, o restante não evoluiu dos contratos escritos para a execução efetiva.

Outro não poderia ter sido o desfecho de todo esse direcionamento modernizador para a gricultura do rio Grande do Norte, nesse período.

Em primeiro lugar, é preciso considerar que o algodão era a principal cultura agrícola do estado, e nela predominava o sistema de parceria. Tal sistema implicava condições de vida e trabalho no campo incompatíveis com uma racionalização das práticas agrícolas. Em segundo lugar, os proprietários rurais não dispunham de capital suficiente para introduzir beneficiamentos, aparelhos mais modernos, testar novas técnicas de cultivo, etc. Não dispunham de crédito oficial e viviam sob a dependência dos agentes comerciais e financeiros.

Dessa forma, essa modernização pretendida mostrava-se artificiosa em relação às condições concretas da produção agrícola do estado.

Um bom exemplo disso foi a tentativa de aplicação da técnica de cultivo denominada "Dry Farming", que ficou conhecida no Brasil como "Lavoura Seca"\* . É particularmente interessante porque foi considerada na época como possível solução – juntamente com a açudagem – para as áreas atingidas pela estiagem, isto é, para o Nordeste, e nas quais a principal cultura agrícola era o algodão.

\* Essa técnica consistia, basicamente, numa lavra metódica do solo, de forma a criar uma camada superficial de terra que retivesse a umidade necessária.

Sua divulgação no Brasil teve origem na iniciativa do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio que enviou aos Estados Unidos da América um profissional encarregado de contratar dez plantadores de algodão para, no Brasil, ministrarem cursos agrônômicos.

A crença existente, por trás dessa medida, era a de que dever-se-ia imitar o modelo agrícola americano, onde a "ciência agrícola robustecida pela prática racional", garantia maior produção por unidade de superfície cultivada<sup>3</sup>.

Desse contrato, resultou a vinda ao Brasil de um técnico americano (Dr. Cooke), especialista na Lavoura Seca. Contratado pelo Ministério da Agricultura, ele foi encarregado de percorrer o Nordeste para verificar a possibilidade de aplicação do novo processo.

No Rio Grande do Norte, o governo estadual chegou a doar uma área em Natal, para a fundação de um Campo de Demonstração da Lavoura Seca. Entretanto, o que resultou efetivamente de concreto sobre a missão Cooke, foi a instalação de um único Campo em Pernambuco.

O fracasso da introdução dessa técnica de cultivo reside no fato de que exigia primeiramente estudos climáticos, botânicos e pedológicos preliminares sobre a área onde seria adotada e, o que é mais importante, um certo grau de mecanização agrícola, constituindo o arado uma máquina essencial. Dessa forma, essa técnica se revelou de difícil aplicação no Nordeste brasileiro, por ser inadaptável às condições agrárias locais.

Deve ser observada a ascendência americana sobre as questões que diziam respeito à cotonicultura brasileira. Essa ascendência se iniciou por volta de 1910 e tendeu a se consolidar com o tempo. Agrônomos americanos trabalhavam para o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Dentre eles estava Edward Green que ocupou o cargo de Superintendente do Serviço do Algodão desse ministério e que em 1916 promoveu a importação de sementes selecionadas, inseticidas e instrumentos agrícolas dos Estados Unidos da América.

A tentativa de modernização das condições da agricultura que se verificou no período em estudo, não disse respeito, exclusivamente, ao cultivo propriamente dito. O setor de beneficiamento da produção agrícola foi incentivado a modernizar-se, principalmente pela isenção de impostos de importação sobre os mecanismos necessários produzidos no estrangeiro.

Foi justamente nesse setor que, no Rio Grande do Norte, se fizeram sentir mais positivamente os efeitos da modernização. Tais efeitos incidiram tanto sobre as atividades do açúcar, como sobre a cotonicultura. Datam desse período, os contratos para instalação dos primeiros engenhos centrais e usinas de beneficiamento do algodão.

Em relação a essas últimas deve-se ressaltar que nelas a técnica não se restringia ao simples descarçamento, pois uma série de outros aparelhos complementava a operação. Assim, as usinas implicavam um aperfeiçoamento tecnológico no processo de beneficiamento do algodão e, portanto, um avanço da especialização do trabalho nesse setor.

No ano de 1912, foram instaladas duas usinas na cidade de Natal e Mossoró – pólos terminais na rota de exportação do algodão – ambas pertencen-

centes a grandes casas importadoras e exportadoras, o que remete à questão da atuação da intermediação comercial-financeira e do capital estrangeiro na economia norte-rio-grandense, no período, que foge, entretanto, ao tema mais específico deste texto.

Essas diferentes medidas que diziam respeito à melhoria das condições de cultivo e beneficiamento da produção agrícola, independentemente dos fatores que lhe deram origem, e ainda que de efeito limitado, não deixaram de significar uma tentativa nesse sentido. Como tal, elas podem ser consideradas uma busca de renovação dos processos até então empregados.

### **3. MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E DIVISÃO INTRANACIONAL DO TRABALHO**

As tentativas de modernização agrícola mencionadas estão relacionadas a um contexto mais amplo que extrapola o da própria expansão da cotonicultura no estado a partir de 1880.

Com efeito, se é em função do desenvolvimento da cultura do algodão, de sua importância para a economia norte-rio-grandense, que ocorreram as medidas modernizadoras, é na razão de ser desse desenvolvimento que se encontra a chave última para o entendimento da tentativa de modernização das técnicas de cultivo e beneficiamento da produção agrícola.

Inicialmente, é preciso observar que a expansão da cotonicultura está relacionada ao desenvolvimento da indústria têxtil algodoeira nacional, em outras palavras, está relacionada à questão de mercado para a produção algodoeira nordestina.

O algodão nacional, produzido principalmente no Nordeste, fora desalojado gradualmente de sua posição no mercado mundial, pela concorrência de outros produtores, no último quartel do século XIX. Mas, para a produção brasileira, abriu-se a possibilidade de sua colocação no mercado interno, isto é, a possibilidade de abastecer a indústria têxtil em expansão no sudeste do país.

A história dessa indústria no Brasil revela que o período que se iniciou por volta dos anos de 1880 e se estendeu até o final da década de 1920, foi caracterizado por um processo de crescimento desse setor industrial e de sua concentração sobretudo no Rio de Janeiro, Distrito Federal e São Paulo.

A expansão da cultura do algodão só foi possível na medida que esse crescimento do setor industrial têxtil algodoeiro do sudeste, gerando a necessidade de matéria-prima, tornou viável a constituição de um mercado interno, potencialmente apto a consumir o algodão nordestino, e, com ele, o norte-rio-grandense. Assim, a possibilidade de abastecer as fábricas têxteis nacionais constituiu um sucedâneo para a perda de posição do algodão brasileiro, no mercado mundial.

Essa reorientação de mercado para o algodão nordestino era, na verdade, parte de um processo mais amplo, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, qual seja, o da constituição de uma Divisão Intranacional do Trabalho no país.

O contexto em que essa Divisão ocorreu foi aquele caracterizado pela emergência e afirmação de um pólo dinâmico no Brasil, que teve sua origem

na expansão da cafeicultura no oeste paulista, originando a formação de um núcleo capitalista interno.

A "especialização" da agricultura do Rio Grande do Norte na produção de algodão, respondendo a necessidades impostas pelo crescimento industrial do Sudeste, correspondeu ao processo de integração da economia norte-rio-grandense na Divisão Intranacional do Trabalho.

Dessa forma, a modernização agrícola que ocorreu no Rio Grande do Norte, com a expansão da cotonicultura a partir de 1880, só pode ser corretamente apreendida no contexto da evolução das relações inter-regionais no Brasil, vale dizer, no quadro mais amplo do processo de desenvolvimento do capitalismo no país.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 4 ed. São Paulo, Ciências Humanas, 1980, p. 14.
- 2 TAKEYA, Denise Monteiro. **Um outro Nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1815)**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da PUC-SP, em 1983, a ser publicada pelo BNB-ETENE.
- 3 BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Relatório**. Relator: Min. Pedro de Toledo, ano de 1911. Rio de Janeiro, Oficina da Diretoria Geral de Estatística, 1911, vol. I, p. XX.

